



**As Sexualidades d'A Plebe:
Um breve olhar sobre os discursos e os debates sobre sexualidade no jornal anarquista
A Plebe.**

**The Sexuality of A Plebe :
Looking at the discourses on sexuality in the anarchist periodical A Plebe.**

Ana Claudia RIBAS¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo lançar olhares sobre o conteúdo do discurso contido no periódico anarquista *A Plebe*, no que tange as discussões sobre a sexualidade tanto masculina quanto feminina, o corpo e sua relação com o projeto anarquista de uma nova sociedade. Para tanto, foi selecionado o ano de 1935, e analisados os artigos veiculados neste periódico. É interessante perceber a vanguarda das discussões promovidas por estes militantes anarquistas, assim como, as resistências destes a esta mesma atitude vanguardista, provando a internalização da norma burguesa de conduta moral e organização familiar.

Palavras-chaves: corpo, sexualidade, anarquismo.

Abstract

This text has the objective of looking at the content of the speech of the anarchic periodical *A Plebe*, its quarrels of the sexuality and the body and its relation with the anarchic project of new society. For in such a way I chose the year of 1935 to make this analysis. It is interesting to perceive vanguard and the oppositions in these speeches, proving the presence of the bourgeois norm of moral behavior and organization of the family.

Key-words: body, sexuality, anarchy.

A nossa aspiração baseia-se no esquema anarquista da observação experimentando-a quem quiser, espontaneamente, sem subterfúgios de partidas, de partidos, ou na religião, a nossa escolha é filosófica-literária e marcha para a liberdade, para o amor livre e para a harmonia da espécie humana.

*Trecho do texto assinado por F. Accuaviva,
para o Jornal A Plebe em 27/05/1935.*

¹ Mestranda em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Av. Lélio João Martins, 231, KobraSol, São José – SC, Cep: 88102-001
ribasanaclaudia@gmail.com

O final do século XIX, assim como o início do XX, trouxe novas atitudes para a sociedade ocidental, graças as inúmeras mudanças que se instauravam no novo contexto econômico e urbano. Eram momentos de discussões sobre a cidade, sobre os relacionamentos que se efetivavam dentro desta, tanto no âmbito público quanto no privado. Eram discussões de operários descontentes com sua situação nas fábricas e fora delas, eram discussões de sufragistas e feministas, que questionavam seu papel de mulher submissa e desprovida de direitos, e era também o momento de resistência a todos estes movimentos.

A concorrência no mercado de trabalho e a necessidade econômica das famílias operárias faziam com que a participação da mulher na concorrência do mercado de trabalho, seu desprendimento do lar, e conseqüentemente o questionamento de seu papel social e sua representação diante do homem, passassem a ser também tema de constante debate. Entretanto, é interessante perceber que estes debates ocorridos na década de 1930 inserem-se dentro de um contexto, de um processo que se desenvolve desde o final do século XIX, acabando por enfraquecer as fronteiras entre as esferas masculinas e femininas, e que acabam por desencadear um forte movimento que desejava o retorno da mulher ao lar, especialmente para as mulheres da classe trabalhadora, dentro de normas de conduta moral e higiênica, objetivando a geração de filhos desejáveis para a nação (RAMOS, 2001).

Isso compreende, também, a idéia de que homens e mulheres não se inserem e não vivem em mundos compreendidos em esferas separadas. Percebe-se, através dessa ótica, que o papel feminino não está somente ligado a esfera doméstica, mas está imerso em sistemas social, econômico, políticos e de poder (SCOTT, 1990).

Estes papéis, ou seja, o gênero feminino e gênero masculino, são construções continuamente perpassadas por normas que visam controlar os corpos, assim como, as condutas sociais.

Entretanto, é preciso perceber que estas normas passam por inúmeras mutações, especialmente, nos momentos que as próprias mulheres estão buscando definir seu lugar social.

Compreendendo que a norma fundamenta-se em uma “simbiose” entre esferas discursivas (discurso religioso, discurso político e o discurso médico, por exemplo), podemos afirmar que estes discursos normativos não são estáticos, mas acompanham o desenvolvimento dos discursos que os compõem. Do mesmo modo, as resistências propagadas neste mundo discursivo também acabam por influir na construção dessas normas, mesmo que não sejam, de todo, capazes de rompê-la.

No Brasil, debates sobre os papéis destinados a homens e principalmente as mulheres tornaram-se constantemente na mídia da primeira metade do século XX, nos mais diversos periódicos, e nos mais variados meios de comunicação, seja para militar pela emancipação

feminina, seja para reafirmar regras de conduta baseadas em rígidas normas morais que faziam da esfera privada o único âmbito cabível a frágil figura da mulher.

Na década de 1930, a reafirmação do lar como lugar feminino e da maternidade como sua grande vocação torna-se parte de um discurso político que se expandia: o integralismo. Inspirado nos sistemas totalitários europeus apresentavam-se como essencialmente anti-feministas, posicionando-se radicalmente contra estas “*novas Evas* que reivindicavam uma democracia sexual” (RAMOS, 2001: 53).

Radicalmente contra os preceitos e os planos de nova sociedade propostos pelos integralistas, que encontravam amplo apoio da Igreja Católica, encontravam-se os anarquistas.

Para estes, a discussão sobre os papéis sociais de homens e mulheres não poderiam ser ignorados, pois era necessária a construção de ideais, de novos homens e novas mulheres, para que se construísse uma nova sociedade.

O movimento anarquista chega ao Brasil juntamente com as levas de trabalhadores europeus, e não demora a encontrar entre os grupos proletários brasileiros espaço para sua proliferação, graças não apenas as condições de trabalho, mas principalmente à imprensa, que exercia um importante papel na divulgação dos ideais do anarquismo, na organização de suas associações operárias e de eventos libertários como palestras e confraternizações.

Desta maneira o feminismo encontrou entre os anarquistas um espaço político, assim como uma participação efetiva em seus planos de construção de uma nova sociedade, acabando por formar personalidades atuantes como a professora Maria Lacerda de Moura², que despontam no espaço público, discutindo o lugar social destinado às mulheres e conseqüentemente, questões ligadas a sua sexualidade.

Neste presente artigo, objetiva-se lançar olhares sobre o jornal anarquista *A Plebe*, analisando os números que saíram durante o ano de 1935, buscando perceber como, neste pequeno recorte temporal, e diante do contexto social e político que se descortinava, os anarquistas e as anarquistas posicionavam-se diante das discussões sobre as sexualidades e os corpos.

Ambiciona-se ressaltar a importância dos debates sobre corpo, moral e sexualidade na divulgação do projeto anarquista, mas de forma alguma se almeja esgotar esta discussão, uma vez que este trabalho é limitado, tanto ao recorte temporal quanto em seu objeto de análise – pois se trata de apenas uma das muitas publicações anarquistas do período -, restando como objetivo apenas um breve olhar sobre este interessante tema, e deixando maiores aprofundamentos para trabalhos posteriores.

² Nascida em Minas Gerais em 1887, em uma família modesta, foi uma ativista anarquista e professora. Escreveu muitos livros onde deixava clara sua posição feminista, defendendo desde a educação sexual ao amor livre.

A Plebe, os anos de 1930 e a mulher.

É inegável o papel que a imprensa desempenhou como instrumento de divulgação de princípios e doutrinas do movimento anarquista na primeira metade do século XX no Brasil.

O periódico *A Plebe* certamente pode ser citado como um dos mais conhecidos e importantes periódicos desta imprensa libertária brasileira, tanto por seu longo período de existência, como pela abrangência de sua circulação.

Foi fundado em junho de 1917 em São Paulo, em plena greve geral, como um instrumento de divulgação das notícias desse conturbado momento. Mas acaba firmando-se como importante divulgador da doutrina anarquista, e mantendo sua circulação até o ano de 1949, com pequenas interrupções por perseguições policiais e problemas financeiros.

Fundado por Edgard Leuenroth, o jornal teve vários redatores, desde o próprio Edgard, passando por Florentino de Carvalho, Manuel Campos, Pedro Augusto Mota e Rodrigo Felipe (SILVA, 2006).

Na década de 1930 era Rodolfo Felipe quem dirigia *A Plebe*, quanto ainda se podia sentir os abalos causados pela “revolução” de 30 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Era época de intensa perseguição aos idealistas libertários. Esta não era uma situação nova para os anarquistas, no entanto, trazia possuía uma diferencial das perseguições políticas sofridas em outros momentos históricos: o DEOPS-SP³ passou a funcionar intensa e sistematicamente.

Mas, entre os anos de 1934 e 1935, tanto o diretor do jornal Rodolfo Felipe, que havia sido preso algumas vezes, quanto o próprio periódico *A Plebe*, experimentaram um período de “sossego”.

No ano de 1935, muitos eram os temas abordados neste jornal, que iam desde propagandas dos princípios anárquicos, suas ideologias, seus posicionamentos anticlericais e anarco-sindicais, denúncias contra abusos policiais e prisões arbitrárias, informações sobre organizações e encontros sindicais e operários, informativos de greves, tanto no que se referiam a movimentos nacionais quanto no âmbito internacional, convites para confraternizações e piqueniques entre os militantes da causa anarquista, operários e seus familiares, conferências, até críticas ao Partido Comunista, aos bolcheviques e aos integralistas. Entretanto também a questão feminista e a participação das mulheres são visíveis nesse momento dentro de *A Plebe*.

³ Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo: órgão de repressão política utilizado no governo Vargas para coibir e controlar a existência de focos políticos contrários ao governo instaurado.

Em muitos momentos, é possível encontrar mulheres como colaboradoras do jornal, assinando artigos, expondo seus pontos de vistas e discutindo questões sociais a partir da doutrina anarquista. Este engajamento feminino é perceptível em inúmeras passagens, de onde convém destacar algumas, por exemplo, o texto intitulado “Um apelo que deve ser ouvido”, assinado por Isa Ruti. O objetivo principal deste consistia em lançar uma campanha de auxílio financeiro ao jornal *A Plebe*, que constantemente encontrava dificuldades para manter sua periodicidade e circulação. Assim, “juntando a ação às palavras”, a decidida militante oferece a redação do jornal a quantia de “cinco mil reis, equivalente a duas entradas de cinema”, diversão de que está decidida a privar-se “em favor da ‘Plebe’” (A PLEBE, 05/01/1935).

Mas como a própria autora deste texto afirma, há uma busca por uma “junção” entre suas “palavras e suas ações”, que pode ser percebido também no final deste seu artigo, onde descreve o desenvolvimento de “um trabalho sobre o tema – ‘O amor como fator de progresso humano’”, visando oferecer este “em palestra pública, em benefício do jornal” (A PLEBE, 05/01/1935).

É interessante notar que, mesmo posicionando-se abertamente no jornal, seu espaço dentro deste campo político não apaga de forma alguma os preceitos de feminilidade, e o contraste desta com a masculinidade vigente que envolve todo este campo em que ela busca a inserção. Isto se torna perceptível quanto Isa Ruti escreve: “O meu coração sensível de mulher contém, armazenado muito amor pelo ser humano. Desse amor vou dispor para dar o que eu poderia dar, se fosse homem e fumasse, em benefício da ‘Plebe’”.

Mas a militância feminina dentro do movimento anarquista, refletida nos discursos produzidos nas páginas de *A Plebe*, não mantém o padrão adocicado da escrita de Isa Ruti. Também textos mais inflamados, que visam incitar os seus leitores a um “levante revolucionário” propriamente dito, são assinados por mulheres, o que prova a impossibilidade de uma análise que deseje homogeneizar a diversidade que foi a participação feminina nas páginas deste periódico.

Um exemplo de discurso incitador seria o artigo assinado por Juliette Witheatname:

Dum lado, os que querem dominar, avassalar os seres, utilizá-los para seus fins próprios; do outro, aqueles que tentam torná-los livres, de erguê-los contra todos os despotismos, venham não importa de onde: da vontade de um só ou da de um agrupamento promovido à carga de impingir à coletividade, editais ou leis. É o sopro desses rebeldes que emana a força que derrubou todos os regimes passados e que, amanhã solapará o regime atual em que vivemos, apesar da potência de que dispões na riqueza e na ordem estabelecida, protegidas pelo seu baluarte, o exército, e encostadas a sua fiel auxiliar, a religião.(A PLEBE, 24/04/1935)

É interessante notar que os posicionamentos dentro deste meio anarquista, assim como e as várias formas de se conceber o projeto de uma nova sociedade são diferentes entre as mulheres que participam de *A Plebe*. A faixa etária pode ser uma importante variável para explicar este fato.

Textos e apreciações sobre a obra de Maria Lacerda de Moura, que já contava com uma idade avançada, coexistem com artigos como o de Alba Moscalega, que além de expor sua opinião sobre os conflitos que estavam ocorrendo na Europa, deixa clara que conta com menos de doze anos de idade (A PLEBE, 26/10/1935).

Percebe-se, então, um maravilhoso mosaico de personalidades militantes que utilizavam o periódico para expressarem suas opiniões e difundir o ideário anarquista.

Entretanto, nas páginas de *A Plebe*, um dos temas mais discutidos, no que tange a mulher, é indubitavelmente sua sexualidade.

Liberdade para a vida, liberdade para o amor.

Com a Constituição de 1934 e a inclusão das mulheres no processo eleitoral⁴, e o surgimento de inúmeras vagas de trabalho que eram destinadas a elas – como datilografas, telefonistas, professoras, entre outras -, o espaço público ainda não estava completamente conquistado, uma vez que a mulher encontra-se amarrada a um modelo de família que lhe legava apenas o espaço privado. Diante deste impasse, os anarquistas elencaram dois “problemas” que estariam dificultando a emancipação feminina, mas que caminham dentro do contexto da sexualidade da mulher: a prostituição e o casamento indissolúvel.

No que se refere à prostituição, muitos são os artigos divulgados por *A Plebe*, onde esta é apresentada como uma “calamidade muito antiga”, e como uma cruel forma de “exploração” feminina, para a qual a mulher é obrigada a recorrer diante do sistema capitalista.

Desta forma, a luta pelo fim da prostituição não diz respeito a questões ligadas a moral cristã de negação da sexualidade, mas está ligada, em seus argumentos, a uma busca pela libertação das prostituídas do meio de exploração em que estas mulheres encontram-se inseridas, tal qual um operário fabril.

A crítica a prostituição, nos discursos veiculados por *A Plebe*, caminha paralelamente, chocando-se por vezes, com a crítica ao modelo de família burguesa nuclear, onde o homem destaca-se como o “cabeça do casal”.

Em um artigo publicado em março de 1935, e assinado por De Noedul, encontramos uma interessante discussão sobre o espaço da mulher nas famílias e o respaldo legal deste. O autor do artigo inicia criticando o fato de que em muitas civilizações a mulher tem basicamente dois papéis: o de dar prazer ao homem e de dar-lhe também filhos. Neste contexto, apresenta um interessante ponto de reflexão para seus leitores: “a legislação defende a ‘família’, não o indivíduo da família”

⁴ A Constituição incluía apenas as mulheres maiores de 21 anos, que exercessem funções públicas.

(A PLEBE, 30/03/1935). Para justificar essa explanação de não-defesa do indivíduo pertencente à família, ele escreve:

Se uma das filhas é seduzida (no sertão brasileiro), perde o direito ao título de família e é considerada “mulher atoa”, isto é, perde o direito de se constituir família honesta e passa para o uso da coletividade masculina.(...)

Enquanto que o homem é considerado (pela lei) um ser dotado de inteligência e, portanto, suscetível de errar, a mulher é considerada um ser irracional (...).(A PLEBE, 30/03/1935)

Apesar da indignação expressa no trecho acima, de modo algum o autor deste artigo desejava apresentar as mulheres enquanto vítimas das circunstâncias. Ele afirma nas linhas seguintes: “E de quem é a culpa, no entanto: da mulher (...)”. Apesar de iniciar seu texto apontado um descaso legal para com as mulheres, citando exemplos disso a partir do sertão brasileiro, o autor crê que apenas poderá haver algum tipo de mudança, não somente a partir de homens como ele, que percebem e indignam-se com a injustiça, mas a partir das próprias mulheres, que necessitariam construir uma nova consciência sobre seu espaço e seu papel social, engajando-se na luta pelas mudanças que seriam necessárias para uma sociedade mais justa.

(...) [A] própria mulher que esquecera o seu papel de companheira do homem, aceita, submissa, o papel de fêmea. Ela é que tem por seu próprio esforço de elevar-se até o homem emancipando-se, como os escravos o souberam também.(A PLEBE 30/03/1935)

Reafirma, ainda, com veemência a importância da participação da própria mulher em sua emancipação, a partir de um exemplo entre mãe e filho:

Os homens que a classificaram rebaixando-a, são filhos seus, foi ela que lhes ensinou as primeiras palavras, que “lhes mereceu” o primeiro sorriso e o primeiro amor. E, são “senhores, a julga-la, classificando-a como coisa e não como ser humano, é revelia dela própria que, incapaz de reagir recolhe-se em seu próprio sofrimento com a passividade do bruto.(A PLEBE 30/03/1935)

Assim, as mulheres apenas estariam fora das leis dos homens por vontade própria, por apatia, por passividade e por medo de levantarem-se contra sua própria submissão. Esse posicionamento é por várias vezes justificado nas páginas desse periódico. Um exemplo disto pode ser o artigo assinado por uma militante apenas identificada pelas iniciais O . F. , que por ocasião de um piquenique comemorativo organizado pelo próprio jornal, proferiu um discurso que foi transcrito em suas páginas, onde constata que: “A sociedade não intervém entre escrava e senhor pra proteger a parte mais fraca e chamar a parte forte a razão(...)” e é neste exato ponto que o papel dos anarquistas na luta pela emancipação feminina tornava-se, de acordo com seu discurso,

imprescindível: “Cabe a nós anarquistas, amantes da liberdade e da justiça reabilitar a mulher tão oprimida(…)” (A PLEBE 28/09/1935).

O papel redentor do anarquismo apresentado nestes discursos é claro: a mulher não pode alcançar sua emancipação sem que ela própria assim o deseje, mas para que ela possa perceber as desvantagens de sua situação, precisa tomar consciência de seu lugar enquanto igual e companheira do homem. Entretanto para que ela seja realmente capaz de “levantar-se” contra este modelo social seria necessário que esta mulher se aperfeiçoasse moral e intelectualmente, e isso seria possível através da doutrina anarquista.

Em muitos artigos de *A Plebe* é possível encontrar críticas a mulher como propriedade do homem, uma vez que a própria noção de moral anarquista baseava na idéia de liberdade, como podemos ver na frase a seguir, retirada de um artigo intitulado “A moral social na sociedade socialista libertária”: “A solidariedade é a primeira lei humana – dizia Bakounine⁵ – a liberdade eis aí a segunda” (A PLEBE 23/11/1935).

E é com base nestes preceitos que se baseava a solução encontrada pelos anarquistas para esses dois problemas, tanto o casamento indissolúvel - o modelo de família burguesa – quanto a prostituição: o amor livre e a educação sexual.

Os conceitos morais de nossos avós já bruxuleiam como luz prestes a se apagar. Eram baseados na ignorância feminina conservada propositalmente para evitar esclarecimentos. Atualmente estas idéias fossilizadas existem nos países católicos, mas a irradiação dos conceitos novos, partidos dos povos mais adiantados, irão gradualmente iluminando a mentalidade feminina, que acordará envergonhada do longo sono em que permaneceu insciente do opróbrio que por séculos lhe pesou em cima. (A PLEBE 08/06/1935)

Era preciso lançar rapidamente novos posicionamentos políticos e morais que dessem conta do momento histórico em que se encontravam. Era preciso apontar um novo espaço seguro para as mulheres, enquanto iguais e livres, como mandava a tradição anarquista.

O amor livre era na verdade a crítica a família burguesa e a instituição católica do casamento tachados como “superstição e egoísmo” de uma “vida em sociedade” (A PLEBE 19/01/1935). Este amor livre estaria ligado ao direito ao amor como um sentimento natural, “menos a uma proposta de variação de parceiros, do que a crítica a institucionalização dos sentimentos em formas rígidas e envelhecidas” (RAGO, 1998: 11). Era a maneira com que os libertários, assim como as libertárias questionavam a disciplinarização do amor e do sexo.

Nos entendemos amor livre o direito de amar livremente para ambos os sexos, o direito da mulher escolher livremente o eleito de seu coração, sem encontrar no caminho da suas inclinações os

⁵ Refere-se a Michael Bakunin, importante teórico e militante anarquista russo.

obstáculos da tirania paterna ou preconceitos de uma sociedade baseada na mentira religiosa, na mentira sexual e na mentira do amor.(A PLEBE 17/08/1935)

Nas páginas de *A Plebe* muitos discursos neste sentido foram proferidos por mulheres militantes, chamando os demais leitores e leitoras a uma mudança de atitude em relação ao matrimônio indissolúvel. No entanto, estes discursos sinalizavam possíveis resistências de anarquistas que, certamente, sentiam-se desconfortáveis diante de tais parâmetros propostos para seus relacionamentos.

O trecho a seguir foi assinado por Erna Gonçalves, em um artigo intitulado “Amor livre (a minha opinião)”:

Amigos! Nós, que somos unidos numa compreensão sã das coisas, que não nos escondemos quando ouvimos discutir questões do matrimônio e que, nas prostituídas, vemos vítimas de uma situação criada pelos absurdos da exploração de sentimentos, nossas irmãs, nossas companheiras, não podemos temer o amor livre, porque temos consciência dos nossos deveres, deveres de anarquistas. (A PLEBE 19/01/1935)

É interessante perceber que, para este artigo escrito por Erna, surge uma resposta escrita por um anarquista que assina como Amilcar, que elogia a atitude da “camarada” por sua “coragem para dizer em público que não temes o amor livre”, arrematando que “Esta franqueza é admirável”(A PLEBE 02/03/1935). Estas palavras induzem a conclusão que, apesar das discussões sobre amor livre estarem presentes nos jornais anarquistas desde o final do século XIX e o início do século XX, ainda não haviam alcançado uma grande adesão entre os militantes e as militantes anarquistas em 1935, estando mais restritas ao meio discursivo do que o prático.

É interessante perceber que a justificativa mais forte para que o amor livre passasse a ser a regra do novo modelo de sociedade almejado pelo movimento anarquista, é a felicidade.

Há um ideal humano. Todos sentem esse ideal sem distinção de raças, sexos, idades, todos querem atingi-lo. Este ideal é a felicidade.(...)
É verdade que cada indivíduo tem um modo de encarar a felicidade. Justamente por isso só se pode ser feliz sendo livre.(A PLEBE 02/03/1935)

Não há dúvidas que o amor livre, neste momento histórico, apresenta-se como uma grande ruptura, especialmente para as mulheres, pois acaba por tirar destas um diferencial no âmbito social, de convivência e *status*: o título de “mulher honesta”. Mesmo que o amor livre promettesse o fim da sujeição a “escravidão” de um casamento arranjado pela família, em um relacionamento sem amor, onde a mulher não era vista como uma companheira, uma igual na relação, acabaria significando o abandono de toda a educação normativa que estas mulheres haviam recebido (mesmo sendo de

classes populares). Significaria, então, a perda da “respeitabilidade”, da “honra” diante do restante da sociedade, um preço alto e que nem todas as militantes libertárias desejavam pagar.

O amor livre propunha romper com a religião, o casamento indissolúvel, com as leis, e com a moral vigente, mas não apenas isso, propunha um rompimento com a própria educação normativa internalizada pelos militantes, o que tornava sua efetivação ainda mais complicada.

Para que a mulher pudesse estar preparada para estas mudanças tão radicais, os anarquistas complementavam seu projeto de amor livre com o projeto de educação sexual, pois “Só assim faremos obra de educação e preparemos a mulher livre do futuro” (A PLEBE 23/11/1935).

Em *A Plebe* encontram-se resenhas de livros que tratam da Educação Sexual, a partir de uma ótica libertária, como por exemplo, o livro intitulado “Educação Sexual” de José de Albuquerque, no qual se comenta que “(...) por ser pecado, achavam que as moças e os rapazes deveriam ser criados com absoluta ignorância dos assuntos referentes ao sexo e as funções sexuais” (A PLEBE 25/05/1935). Assim, ao proporcionar uma educação sexual sem banalizar o sexo, seria possível a construção de um conhecimento que trouxesse segurança, para as famílias e jovens, uma vez que as novas gerações seriam preparadas para assumir sua própria sexualidade.

No entanto, a sociedade ainda encontrava-se receosa para este tipo de assunto dentro da âmbito familiar.

Ensinar os filhos como nascem e qual a razão de ser de certos fenômenos que se manifestam em seus organismos, evitando, muitas vezes, desarranjos que provocam verdadeiros infortúnios, era um crime, era a desonra, era levar a família à degradação e ao despudor...

E conclui:

É uma gama de verdadeiros conselhos às mães, aos pais, e sobretudo aos jovens de ambos os sexos que é preciso cerrar de todos os cuidados e de todos os respeitos que merecem ao entrarem nos portais da vida em que vão ter uma função criadora. (A PLEBE 25/05/1935)

Além da divulgação de livros, *A Plebe* trazia divulgações de eventos organizados pelo Círculo Brasileiro de Educação Sexual, que iam desde programas de rádio, distribuição de folhetos, até a Semana Paulista de Educação Sexual.

Entretanto as atividades desse grupo não eram vistas com bons olhos pela sociedade e pelo governo do período, o que acabava por culminar em algumas proibições de eventos, como foi o caso da exibição do filme “A Educação Sexual dos Diversos Períodos da Vida”, promovido pelo Círculo. Neste filme, além das informações sobre as diversas fases da vida do ser humano, também havia orientações de como evitar doenças, como por exemplo, as “moléstias venéreas”. “Por

motivos óbvios, mas não práticos, a exibição em fórum público fora proibida pela censura” (A PLEBE 06/06/1935).

Ao tratar da sexualidade dentro dos discursos anarquistas dessa primeira metade do século XX, é necessário esclarecer também que, apesar dos grandes avanços propostos na época, os homens e as mulheres que militavam neste movimento não deixavam de compartilhar de sonhos, desejos e ideais de sua época. Um bom exemplo disso, pode ser a resenha publicada em *A Plebe*, sobre o livro “Nancy – La de los ojos Pardos”, do autor Georges Cenardo.

De acordo com a resenha, este se trata de um romance, cujo personagem principal é uma moça chamada Nancy, “fruta apetitosa da cobiça dos homens”, que precisava “auxiliar a manutenção da casa de seus pais”, e que para tanto, sai em busca de trabalho.

Graças as seus atributos físicos acaba por ficar “entre dois dilemas terríveis: subir, ganhar posições cedendo aos desejos, às vezes degeneradas manifestações de temperamentos viciosos dos chefes, ou forçada a abandonar o trabalho” (A PLEBE 30/03/1935).

Entre os mais variados infortúnios de uma “sociedade burguesa”, Nancy “passa por tudo isso como uma salamandra pelo fogo sem se queimar”, mantendo sua pureza e não se entregando sem amor. Ao final, como recompensa “ao seu martírio, Nancy encontra um moço bom que por ela se apaixona e a faz sua esposa” (A PLEBE 30/03/1935).

O final do romance aproxima-se do ideal de amor burguês, mas que é muito bem comentado no jornal:

Valha, porem, a intenção do autor que, num escrito poético e romântico faz nascer num pantanal de lama e vicio, de crime e vergonha, miséria física e moral, uma flor de pureza rutilante e imaculada.(A PLEBE 30/03/1935)

Busca constante dos e das anarquistas, não é pela liberação sexual, mas sim pela liberação dos sentimentos, indo contra a “sociedade onde o amor se vende e os sentimentos se prostituem” (A PLEBE 02/03/1935). Não é um apelo a promiscuidade, muito pelo contrário, mas por uma sociedade em que os sentimentos possam ser o principal motivo da vida a dois, e onde a mulher possa tornar-se parte ativa e respeitada.

Um novo homem para uma nova sociedade.

Dentro do discurso anarquista expresso em *A Plebe*, a primeira impressão que se pode ter é de que o papel do homem está plenamente definido, e que resta então, discutir a questão feminina, o lugar feminino nesta nova sociedade que está sendo idealizada. Isto é visível quando se fala, por

exemplo, da prostituição uma vez que, para que esta existe, é preciso que também existam clientes que se utilizem deste serviço oferecido, e estes clientes, homens, não teriam também que mudar suas posturas nesta nova sociedade? Mas em nenhum texto do período analisado há comentários, nem ao menos reverberações neste sentido.

Ao deixar o tema prostituição, é possível perceber que há sim uma discussão sobre a sexualidade masculina, especialmente enquanto parte do processo reprodutivo humano.

Entre os anarquistas, especialmente na década de 1930, muito se discutia sobre a maternidade, não negando o papel de mãe para as mulheres, mas acreditando que ser mãe poderia ser uma opção, e não uma obrigação, onde o momento mais propício e as melhores condições para a maternidade poderiam ser escolhidas.

Muitos membros do movimento anarquista concordavam com este posicionamento, defendendo especialmente a prática do aborto. Outros, apesar de concordarem com a opção de se poder escolher o momento certo tanto da maternidade quanto para a paternidade, passam a discutir um método que julgavam mais seguro que o aborto - por ser considerado o último recurso no controle de natalidade, uma vez que precisaria ser realizado mediante muitos cuidados e ainda nos primeiros meses de gestação – a vasectomia.

Em um artigo para *A Plebe*, Marques da Costa relata o drama vivido por alguns amigos e suas companheiras na Europa, que haviam sido presos pela polícia francesa sob a acusação de “provocação de abortos” e de “mutilação de órgãos genitais” – a vasectomia -, crime previsto no Código Penal Francês do período.

Em seu texto, Marques da Costa, além de desejar fazer denúncia sobre a prisão dos anarquistas na Europa, também acaba por homenagear as atitudes desses homens como exemplos para a cultura anarquista:

Que estas linhas, sejam pois, uma homenagem – bem merecida, por certo! – a fé inquebrável no ideal anarquista de que os companheiros Barthozeck, Prévotel e Lapeyre acabaram de dar prova, ao mesmo tempo que da propaganda dessa formula preconizada por Barthozeck de esterilização dos órgãos genitais do homem, que tem, indiscutivelmente, o direito de não assumir responsabilidades paternais, se as suas atividades político-evolucionárias fizerem dele um candidato a constantes perseguições, à prisão continua e a deportação e expulsão sistemática com que os governos de todos os países se vingam dos que conscientemente e irredutivelmente os criticam e acusam e combatem. (A PLEBE 08/06/1935)

A busca por um controle da natalidade encontra apoio na premissa anarquista que rege seus discursos sobre sexualidade: a liberdade. Neste caso a liberdade de não precisar assumir as funções paternais, e poder estar dedicando-se totalmente a causa anarquista.

O que convém ressaltar que a discussão sobre a vasectomia, que ainda na atualidade é vista com receio pela maioria dos homens, não era vista com naturalidade pelos próprios anarquistas, tanto que Marques da Costa afirma: que “a vasectomia – não está de mais repeti-lo – não é castração; não é a abdicação testicular” (A PLEBE 08/06/1935). Esta é indubitavelmente uma discussão avançada para o período, especialmente para o Brasil.

O que é mais interessante perceber é que a vasectomia é vista como uma solução para o risco do aborto, ou seja, uma preocupação com a saúde da mulher, além de ser também uma opção masculina contra a natalidade, sua livre opção de ser ou não pai.

Mesmo que comumente os discursos sobre o controle da natalidade que insidem sobre o corpo feminino, como se fosse apenas preocupação da mulher dar conta dos métodos anticoncepcionais ou decidir pela maternidade, esta é uma discussão proposta nas páginas de *A Plebe* mostram um interessante deslocamento, onde também os homens encontrar-se-iam aptos a decidirem pela geração ou não de uma nova vida. E se caso houvesse discordância entre o casal no que se referiria ao desejo ou não de se ter filhos, o amor livre seria a solução para o problema: “O homem que não quiser se pai pode evitar de o ser. A mulher que deseje, que anseie, que queira ser mãe, fica sempre o recurso de buscar um homem que a faça engravidar”, pois “somos partidários da liberdade” (A PLEBE 09/06/1935).

Considerações Finais

Há muito ainda para ser explorado no que se refere ao corpo e a sexualidade dentro dos discursos, inclusive os discursos anarquistas divulgados em sua imprensa libertária. E não desmerecendo de forma alguma trabalhos como os realizados pela professora Magareth Rago, assim como de outros pesquisadores e pesquisadoras, esta discussão não pode, de modo algum, ser vista como conclusiva ou acabada, o que torna o tema ainda mais interessante e sedutor.

No entanto, mergulhar nestes discursos é perceber que os anarquistas e as anarquistas estavam cientes de que o corpo também pode ser um modo de fazer política, e que a liberdade passaria, inegavelmente por ele, quebrando com a idéia de “corpos dóceis” para o trabalho, para a família, e para a sociedade disciplinadora. Assim, temas como amor livre, maternidade, aborto, prostituição, vasectomia, não poderiam estar ausentes, tanto em sua doutrina como em sua imprensa libertária.

Mas discutir os discursos existentes dentro dos jornais pode trazer também algumas armadilhas, pois não refletem toda a discussão e o debate empreendido no meio anarquista do período. Exemplos disso são as discussões propostas pela professora Maria Lacerda de Moura, que em sua obra “A Mulher é uma Degenerada”, que discute a reivindicação do prazer sexual também

pela mulher, o que não é visto com frequência nos debates nas páginas de *A Plebe*. Este debate é substituído pela valorização do companheirismo e do sentimento em uma relação, em detrimento do lado sexual.

Obviamente, cada jornal libertário tinha seu público alvo, seus colaboradores, e seus objetivos que precisam ser considerados, e que vem abrir espaços para que se lancem inúmeros outros olhares sobre esta temática, que neste artigo, apenas pode ser levemente explanado, mostrando que as discussões atuais sobre sexualidade e corpo, não são tão originais quanto aparentam.

Referências

a) Fontes:

A Plebe, São Paulo, 05/01/1935.
A Plebe, São Paulo, 19/01/1935.
A Plebe, São Paulo, 02/03/1935.
A Plebe, São Paulo, 30/03/1935.
A Plebe, São Paulo, 27/04/1935.
A Plebe, São Paulo, 25/05/1935.
A Plebe, São Paulo, 06/06/1935.
A Plebe, São Paulo, 08/06/1935.
A Plebe, São Paulo, 09/06/1935.
A Plebe, São Paulo, 28/09/1935.
A Plebe, São Paulo, 26/10/1935.
A Plebe, São Paulo, 23/11/1935.

Referências Bibliográficas:

FLORES, Maria Bernadete Ramos. O pensamento Antifeminista. In: *Faces de Eva*, n.14, Nova de Lisboa, 2005. Ed. Colibri.

RAGO, Margareth. Do amor Livre. *Revista Libertárias: Revista de Cultura Libertária*, n. 03. São Paulo, set. 1998, p.11.

SCOTT, Joan. Gênero: uma perspectiva de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 15, n2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SILVA, Rodrigo Rosa. As idéias como delito: a imprensa anarquista nos registros do DEOPS-SP (1930-1945). In: DEMINICIS, Rafael Borges e REIS FILHOS, Daniel Aarão. *História do Anarquismo no Brasil* vol. I. Niterói – RJ: Mauad X, 2006, p. 113-132.

Artigo recebido:20/12/2007

Aprovado: 15/03/2008